

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 773 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1998

COFINS/PREVIDÊNCIA

## Sancionadas duas leis do programa de ajuste fiscal

O presidente da República sancionou na sexta-feira a lei que eleva a alíquota da Cofins e a que permite a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados. As novas leis resultam de projetos de conversão de medidas provisórias integrantes do programa de ajuste fiscal.

PÁGINA 5

O Congresso, que apreciou quatro medidas provisórias na semana passada, retoma votações com uma das MPs mais importantes do programa de ajuste fiscal



## Congresso vota na quarta MP que aumenta contribuição de servidor

Medida provisória na pauta foi reeditada quinta-feira pelo Executivo e estende aos pensionistas as mesmas regras aplicáveis aos funcionários públicos que se encontram na ativa

SAÚDE

## Emenda define recursos para o SUS

Proposta de emenda constitucional (PEC) cuja discussão o Senado encerrará amanhã, possibilitando sua votação, define percentuais de participação mínima obrigatória da União, estados e municípios na manutenção do Sistema Único de Saúde. O objetivo, explica o senador Antonio Carlos Valadares, autor da proposta, é assegurar recursos para o SUS, que, por falta de detalhamento constitucional das competências de cada nível de governo, dá a impressão de não ter condições de funcionamento. A PEC recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Esperidião Amin, que propôs pequenas alterações por meio de um substitutivo. Amin reconhece que o problema da saúde não é só falta de dinheiro, mas pondera que a garantia de recursos ajudará a reverter a atual situação.



Valadares



Senador Antonio Carlos Magalhães ouviu do presidente da República o desejo de que "todos se unam para fazer o trabalho de que o país precisa"

## Presidente quer base política unida, diz ACM

O presidente da República confia no Congresso Nacional e faz questão de manter sua base de sustentação parlamentar. Foi o que afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, após encontro com Fernando Henrique Cardoso, na sexta-feira.

PÁGINA 2

Em sessão convocada para as 14h30 de quarta-feira, o Congresso Nacional deve votar a Medida Provisória nº 1.720-1, que cria um adicional de 9 pontos percentuais sobre a contribuição previdenciária paga pelos servidores públicos que ganham mais de R\$ 1.200,00 por mês. Juntamente com esse adicional, os funcionários públicos pagarão a contribuição normal, de 11%, sobre todo o salário.

Na quinta-feira, o presidente da República reeditou a MP com uma alteração: os pensionistas que ganham até R\$ 1.200,00 pagarão a contribuição previdenciária de 11%. Se a pensão for superior a esse valor, será cobrado o adicional de 9% exigido dos servidores da ativa.

Na avaliação do governo, com o adicional, a União estará limitando o gasto com os inativos a 12% de sua receita líquida, o mesmo percentual exigido de estados e municípios.

PÁGINA 3

PÁGINA 3

# FHC quer manter unida base política

Foi o que ele revelou ao presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, revelou ontem, após encontro com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Palácio da Alvorada, que "o presidente confia no Congresso Nacional, acha que estamos vivendo agora a tranquilidade de que o país precisa e faz questão de manter sua base de sustentação parlamentar".

Com relação às divergências verificadas entre os partidos que dão sustentação ao presidente da República no Congresso (PFL, PSDB, PMDB e PPB), Antonio Carlos destacou que "elas acabaram, mas não posso dizer que a divergência nunca mais existirá, pois se isto ocorre entre os casais, que dirá entre partidos políticos". O senador destacou ter ouvido de Fernando Henrique o desejo de que "todos se unam, para realizar o trabalho de que o país precisa".

A proposta de uma quarentena para as autoridades, quando os administradores deixarem o serviço

público, tem o apoio do presidente do Senado. Mas Antonio Carlos recomenda muito cuidado na elaboração do projeto de lei que vai disciplinar o assunto. De um lado, o senador lembra que "não pode haver exagero e prejudicar a administração do país". Ele considera que a nação não tem quadros competentes sobrando. Um exagero no conceito da quarentena arriscaria deixar ministérios e instituições expostos ao corporativismo, avalia.

O projeto da quarentena dos administradores públicos, dentro desse contexto, poderia ser de um ano, entende o presidente do Senado, com a obrigação do poder público remunerar o administrador enquanto ele estiver impedido de aceitar novos convites profissionais. Mas Antonio Carlos alerta que não basta apenas pagar. "Será preciso pagar e fiscalizar, para evitar que haja apenas o pagamento pelo governo e não o cumprimento da quarentena pelo profissional".



ACM recebeu Colassuono, que veio pedir apoio à proposta de rolagem da dívida da capital paulista

## ACM recebe Miguel Colassuono

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o vereador Miguel Colassuono (PPB-SP), que pediu ao senador, em nome da prefeitura de São Paulo, apoio à apreciação, pela Casa, do processo de rolagem da dívida do município.

Após o encontro, Colassuono disse que Antonio Carlos recomendou "trabalhar no diálogo com os senadores" para esclarecer todos os pontos da questão e permitir uma decisão que leve em conta "o porte e a importância de São Paulo".

O vereador aproveitou a oportunidade para, segundo afirmou, "fazer uma avaliação do atual quadro político nacional com o senador, que é uma das grandes lideranças do país, ponto vital de sustentação política para o governo de Fernando Henrique Cardoso e um grande conselheiro".



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado
- ▶ 16h - Recebe o senador José Manuel de La Sota, da Argentina
- ▶ 17h - Recebe o ministro Homero Santos, Presidente do TCU

### Plenário

- ▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

### Previsão da semana

Terça-feira (1.12.98)

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno da "PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; \*PDL nº 21/98, que aprova o texto da convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo configurados em delitos contra as pessoas e a extorsão conexa, quando tiverem eles transcendência internacional, concluída em Washington, em fevereiro de 1971; \*PDL nº 90/98, que autoriza o envio, pelo Brasil, de tropas armadas e equipamentos para o exterior, com a finalidade de prestar o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru; \*PDL nº 94/98, que aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional; e \*Ofício nº S/72/94, que encaminha solicitação do governo do estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo, destinadas à liquidação de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele estado.

Quarta-feira (2.12.98)

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; \*PLS nº 154/97, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica; \*PDL nº 41/98, que aprova o ato que renova a concessão da Santarém Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém-PA; \*PDL nº 42/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte estado de Minas Gerais; e \*Parecer nº 613/88, que submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Luiz Augusto Horta Nogueira, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, para completar o período remanescente do mandato do ex-diretor Ricardo Pinto Pinheiro.

Quinta-feira (3.12.98)

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Primeiro dia de discussão do segundo turno da "PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 52/94, que dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869/73, Código de Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e eliminação de autos processuais findos; \*Ofício nº S/1/95, que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Espírito Santo, para contratar operação de crédito externo junto ao Bird, no valor de R\$ 17.000.913,00, equivalentes a US\$ 20 milhões, em 30/9/94, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental; \*Ofício nº S/71, que encaminha solicitação do governo do estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito externo a ser realizada junto ao Banco Europeu de Investimento - BEI, no valor de US\$ 44 milhões, equivalentes a R\$ 41.000.976,00, em 30/9/95, cujos recursos seriam destinados ao financiamento de parte da contrapartida estadual no Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Estado do Espírito Santo;

\*Diversos nº 34/95, que solicita pronunciamento desta Casa, através da Comissão de Assuntos Econômicos, no que tange à competência privativa do Senado Federal; \*Diversos nº 90/96, que propõe a alteração do parágrafo único do art. 14 e do art. 15 da MP nº 1.490-14/96, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais; e \*Diversos nº 91/96, que apresenta anteprojeto de lei que dispõe sobre refinanciamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Sexta-feira (4.12.98)

- ▶ 10h - Sessão não deliberativa

### Comissões

Terça-feira (1.12.98)

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 126/98, que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; \*PLS nº 208/97, que institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais, para maiores de sessenta anos; \*PLC nº 27/98, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; \*Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PRS nº 53/98, que autoriza a prefeitura municipal de Teresina-PI a contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$18.454.510,00, cujos recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador serão destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele município; e \*PRS nº 97/98, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424/96. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 19*

▶ 10h30 - Comissão de Educação

- Pauta: \*PDL nº 78/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Studios Silvio Santos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro-RJ; \*PLC nº 012/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes; \*PLS nº 073/96, que institui o serviço comunitário de telecomunicações; \*PLS nº 166/96, que dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o recurso de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador; \*PLS nº 110/95, que cria nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; \*PDL nº 26/98, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Barriga Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis-SC; e \*Requerimento, propondo a criação de subcomissão permanente incumbida da pesquisa, estudo e monitoramento da programação televisiva, na conformidade do que preceitua o art. 221, da Constituição, bem como de instituição de uma ouvidoria com suas atribuições pertinentes. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 17*

Quarta-feira (2.12.98)

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring*; \*PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento - Conade; \*PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; \*PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; e \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao estado de despesas com manutenção de presos e condenados. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

### Especial

Quarta-feira (2.12.98)

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia  
Filme: *Policarpo Quaresma*, de Paulo Thiago  
Local: Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# MP que eleva contribuição de servidor da ativa vai a votação

Adicional de nove pontos percentuais atinge quem ganha mais de R\$ 1.200,00 e deve vigorar pelo prazo de cinco anos

O Congresso Nacional deve votar na quarta-feira, em sessão convocada para as 14h30, um dos pontos mais polêmicos do programa de ajuste fiscal anunciado pelo governo no dia 28 de outubro. Trata-se da Medida Provisória nº 1.720-1, que cria um adicional de nove pontos percentuais sobre a contribuição previdenciária paga pelos servidores públicos que ganham mais de R\$ 1.200,00 por mês. A contribuição permanente dos servidores é de 11% sobre todo o salário.

De acordo com a medida provisória, o adicional de contribuição será cobrado a partir de 1º de fevereiro do ano que vem e irá vigorar por um período de cinco anos. Um dos artigos da MP determina que as contribuições previdenciárias dos funcionários federais terão um registro contábil individualizado.

Na última quinta-feira, o presidente da República reeditou a MP 1.720-1 com uma mudança impor-



Congresso vai examinar um dos pontos mais polêmicos do programa de ajuste fiscal

tante. Ela determina que também os pensionistas que ganham até R\$ 1.200,00 pagarão a contribuição previdenciária de 11%. Se a pensão for superior a esse valor, será cobrado um adicional de 9 pontos percentuais, a exemplo dos servidores da ativa. A cobrança para pensionistas ocorrerá depois de 1º de março de 99.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional com a MP 1.720-1, o presidente da República anexou

exposição de motivos do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, afirmando que os gastos com aposentados e pensionistas cresceram muito nos últimos sete anos. "Essa tendência poderá inviabilizar o serviço público se não forem adotadas medidas urgentes e eficazes", pondera Waldeck Ornelas.

O ministro informa que, em 1990, os gastos com aposentados e pensionistas consumiam 25%

## O QUE DIZ A MP 1.720-1

- Servidores que ganham até R\$ 1.200,00 recolherão 11% para a previdência.
- Quem ganha mais de R\$ 1.200,00 pagará os mesmos 11% até esta faixa e um adicional de 9% sobre tudo o que receber acima dela.

## O QUE O GOVERNO PRETENDE COM A MP

- Produzir, a curto prazo, um equilíbrio nas contas previdenciárias da União (os 9% extras proporcionarão um adicional de R\$ 3,1 bilhão anuais na arrecadação previdenciária).
- Permitir, a longo prazo, a implantação de um sistema equilibrado e viável de previdência dos servidores (isso será possível através da limitação dos gastos da União, dos estados e municípios com os inativos a 12% de sua receita corrente líquida).

das verbas usadas no pagamento de ativos e inativos e, em 1997, pularam para 42,7%. Em valores, os gastos com ativos ficaram em R\$ 26,16 bilhões no ano passado, enquanto os pagamentos a aposentados e pensionistas somaram R\$ 19,5 bilhões.

A cobrança do adicional de 9 pontos percentuais sobre os salários dos ativos ajudará a produzir, a curto prazo, um equilíbrio nas contas previdenciárias da União, permitindo que, a longo prazo, seja implantado um sistema equilibrado e viável atu-

rialmente, conforme o ministro da Previdência. Ele destaca que, com o adicional, a União limitará o gasto dos inativos a 12% de sua receita corrente líquida, mesmo percentual exigido de estados e municípios em outra MP, aprovada recentemente pelo Congresso.

Ainda de acordo com a justificativa do governo federal, o adicional para servidores da ativa renderá no ano que vem R\$ 3,1 bilhões, enquanto a contribuição permanente (11%) somará R\$ 1,7 bilhão.

## Emenda obriga município a aplicar 10% da receita no SUS

Todo município terá de aplicar obrigatoriamente na área de saúde pelo menos 10% de suas receitas, incluídas as transferências constitucionais da União. Já os estados aplicarão no mínimo 12% de suas receitas, enquanto a União destinará pelo menos 30% do seu orçamento da seguridade. A determinação consta de proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que poderá ser votada na sessão de amanhã do Senado, quando se encerra sua discussão.

A emenda diz que o dinheiro será usado na "implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde", que repassa verbas para os hospitais estaduais, municipais ou conveniados para atendimento público gratuito. O município que não cumprir a determinação poderá sofrer intervenção tanto da União quanto do estado.

Ao ser discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto recebeu pare-

cer favorável do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC), que propôs pequenas alterações em um projeto substitutivo.

Valadares afirma em sua justificativa que a Constituição de 88 contém na parte que trata da Seguridade Social conceitos avançados. No entanto, a falta de detalhamento sobre competências de cada nível de governo e fonte de recursos "provocou uma ruptura na estrutura do recém-criado Sistema Único de Saúde", passando a falsa impressão de que o sistema não tem condições de funcionamento. Por isso, o senador quer garantir recursos mínimos para o bom funcionamento do SUS.

Depois de lembrar que no Brasil são gastos pouco mais de US\$ 100 por pessoa no setor de saúde, o relator, Esperidião Amin, informa que, em 1995, os estados brasileiros gastaram em média 6% de seus orçamentos com saúde, enquanto os municípios destinavam 12% à área. A situação melhorou um pouco

nos últimos anos, conforme dados do governo citados pelo relator, mas a participação dos estados e municípios no financiamento da saúde ainda não é suficiente. Apesar de reconhecer que o problema da saúde no país não se deve apenas à falta de dinheiro, Esperidião Amin pondera que as aplicações mínimas da União, dos estados e dos municípios ajudarão a reverter a situação.



Valadares quer garantia de recursos para a saúde

## Plenário examina projeto sobre drogas

O plenário do Senado deverá votar na quarta-feira projeto de lei que trata da prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas. Estão tramitando juntos dois projetos – um do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o outro do deputado Elias Murad (PSDB-MG). O relator das duas propostas na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), decidiu propor um projeto substitutivo, aproveitando os dois textos.

O projeto mantém punições severas para traficantes, mas sujeita os consumidores de drogas apenas a advertências e tratamento médico. E traz uma inovação importante: o integrante de quadrilhas que revelar os nomes dos seus colegas, de forma espontânea, poderá não ser indiciado criminalmente. São estabelecidas também várias medidas educativas que poderão ser aplicadas pelos juizes, como a pres-

tação de serviços à comunidade, tratamento médico e até suspensão temporária da habilitação para conduzir veículos.

A proposta ainda inova ao instituir o dever de sigilo processual, desde a fase do inquérito policial, e proíbe a divulgação dos valores das drogas apreendidas. Além disso, o projeto permite a redução da pena quando o condenado estiver disposto a trabalhar.

# Lobão acusa MST de agir com vandalismo

Senador manifesta estranheza diante do que considera “omissão da polícia e do Judiciário”, e cobra providências enérgicas para evitar que episódios como o registrado em Itararé (SP) se transformem em “comoção nacional”

O senador Edison Lobão (PFL-MA) condenou na sexta-feira o fato de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) terem destruído a fazenda Rio Verde, em Itararé (SP), em 18 de outubro passado, conforme notícia publicada no jornal *Folha de S. Paulo*. Para que episódios como esses não se transformem em “comoção nacional”, o que, segundo ele, poderia ter ocorrido em Itararé caso as vítimas tivessem reagido, o senador cobrou das autoridades punição para os infratores.

Revelando estranheza diante do que considera omissão da polícia e do Judiciário, “que nada fizeram para punir os responsáveis”, ele disse já não saber “o que esperam nossas autoridades para diligenciar providências

enérgicas que impeçam os abusos dos que exorbitam suas atividades no MST”.

## SERIEDADE

O problema se torna mais grave, entende o senador, à medida que o governo de Fernando Henrique Cardoso encara com seriedade a questão agrária, tendo distribuído mais terras que todos os governos brasileiros anteriores somados. “Hoje, já passa de 350 mil o número de famílias assentadas pela atual administração”, acrescentou.

Os senadores Marina Silva (PT-AC) e Roberto Requião (PMDB-PR) solidarizaram-se com o orador em seu protesto contra a invasão e os atos de vandalismo cometidos na fazenda Rio Verde. No entanto, para ambos, a violência registrada na-



Lobão garante que FHC encara a questão agrária com seriedade

quela fazenda em São Paulo nada tem a ver com os métodos adotados pelo MST. “Posso assegurar que a minha indignação e a de Vossa Excelência são iguais à de Pedro Stedile, de quem sou amigo e é um dos principais dirigentes do MST”, disse Requião.

Ele também questionou a eficácia do número de assentamentos

referido por Lobão. Baseando-se em informações obtidas dentro do Ministério da Agricultura, Requião afirmou que só nos primeiros três anos do atual governo foram desativadas 500 mil unidades produtivas, o que provocou desemprego e transtornos para aproximadamente 5 milhões de pessoas.

## CONTROLE

Já a senadora Marina Silva considerou que o crescimento do MST pode ter levado o movimento a perder o controle de algumas ações, como a destruição da sede da fazenda Rio Verde. Ela também contestou os resultados da atual política agrária. “No Acre, 30% dos projetos de colonização já foram redirecionados para as mãos de grandes proprietários.”

No entanto, para Edison Lobão a questão da distribuição e do uso da terra no Brasil poderá experimentar um avanço através da implantação pelo Incra de uma política de cadastramento e seleção de famílias beneficiárias da reforma agrária, como vem sendo feito.

## Requião critica jornalista que defendeu Mendonça

Referindo-se a artigo assinado por Mauro Chaves e publicado na sexta-feira no jornal *O Estado de S. Paulo*, em defesa do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) refutou o que, em seu entender, consiste em uma tentativa de ridicularizar a sessão do Congresso em que se realizou a inquirição do ex-titular das Comunicações.

Em seu artigo, Mauro Chaves afirma que Roberto Requião considera o termo “babaca”, ouvido na transcrição do “grampo” que gravou as conversas de Mendonça de Barros, como incompatível com o decoro parlamentar. O articulista sustenta que o dicionário de Aurélio Buarque grafa o termo como boboca, que, por sua vez, é sinônimo de bobo.

Chamando o colunista de “jornalista, advogado, dramaturgo, produtor cultural e gaiato”, Requião respondeu que, no sentido grafado por Aurélio, “babaca é o Mauro Chaves, que precisou recorrer ao dicionário para tentar entender o que significa, na linguagem brasileira, o termo babaca”.

Na análise do senador, em seu artigo, Mauro Chaves “debocha do senador Pedro Simon, ridiculariza os argumentos do senador Jefferson Péres e procura transformar Mendonça de Barros numa espécie de inatacável varão da pátria, que teria



Requião refuta tentativa de ridicularizar sessão do Congresso que inquiriu ex-ministro

como único pecado a falta de coragem em se defender no plenário do Senado e imediatamente desistir do seu cargo de ministro, via renúncia”.

Depois de ler o trecho em que o jornalista explana o termo “babaca”, Requião sugeriu a Mauro Chaves recorrer “àquilo que o presidente Fernando Henrique Cardoso, nos seus momentos de inspiração, chama de a voz rouca das ruas”. E explicou que a conotação própria de “babaca” é a do dicionário comum, ou seja, a do uso trivial da palavra.

– E eu deixo à escolha do sr. Mauro Chaves, se o seu artigo, o seu texto e a sua opinião é um texto “babaca”, na versão do Aurélio, ou é um texto “babaca” no sentido que lhe dá o Macaco Simão ou a voz das ruas.

## Para ACM, saída de envolvidos encerra caso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na sexta-feira acreditar que a polêmica envolvendo a gravação clandestina de conversas entre autoridades durante o processo de privatização da Telebrás “é um problema ultrapassado”, em razão do fato de todos os envolvidos terem deixado o governo.

O senador estava referindo-se à saída, no início da semana, do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende,



Antonio Carlos

e ao pedido de demissão, na quinta-feira, do diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira.

Esse fato e as demais providências tomadas pelo governo para investigar a fundo o episódio, acionando a Polícia Federal e o Ministério Público, na avaliação do senador, encerram o episódio. “Vamos ver como a Câmara e o Senado vão reagir”, acrescentou, reafirmando seu desejo de que não haja mais problemas com o Congresso em torno disso. “Mas não posso garantir.”

Antonio Carlos destacou a im-

portância de os parlamentares terminarem a votação do ajuste fiscal e colaborarem para que o país possa diminuir o desemprego e crescer dentro de um conceito de desenvolvimento sustentado. Ele voltou a pregar a implementação de uma “agenda positiva”, com a promoção das reformas e iniciativas que coloquem “o país no lugar certo”.

Com relação à liminar concedida por um juiz federal do Rio de Janeiro proibindo qualquer pagamento extra aos parlamentares durante a convocação extraordinária prevista para o início de 99, o presidente do Senado e do Congresso Nacional afirmou: “Somos cumpridores das decisões da Justiça, mas sempre dos órgãos superiores”.

## Amorim diz que ex-ministro tem direito de se defender no Congresso

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu o direito do ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, de prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional sobre a atuação do BNDES, dos fundos de pensão e do Ministério das Comunicações no processo de privatização do sistema Telebrás. “Sei o peso da calúnia, da difamação, da injúria. Já fui caluniado, difamado, injuriado, e resgatei minha dignidade porque exigí que esta Casa procedesse à in-

vestigação necessária, e nada provaram contra mim”, afirmou o senador.

Amorim explicou que o artigo 50 da Constituição federal e o artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal asseguram ao ex-ministro o comparecimento ao Congresso Nacional. “No caso, não há relevância para o Ministério das Comunicações, mas trata-se de assunto já determinado, cujo esclarecimento interessa a Sua Excelência, de interesse desta Casa, de in-

teresse da sociedade brasileira. Por esta razão, entendo que o Senado Federal deva tomar a iniciativa e articular a presença de Sua Excelência nesta Casa para explicar como atuaram no processo de privatização que nós autorizamos”, argumentou.

O senador acredita que assim o Senado estará conduzindo o esclarecimento desta questão que mobilizou a opinião pública, trazendo a tranquilidade necessária ao processo regular da vida nacional.



Projeto de Simon prevê redução das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias

## CAE aprecia desconto em passagens para idosos

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), apreciará amanhã, a partir das 10h, uma pauta de dez itens, entre eles quatro pareceres do Banco Central a respeito de solicitações de crédito no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Os beneficiários são os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraná e Alagoas.

A CAE examinará, ainda, emenda de plenário a projeto que autoriza a prefeitura de Teresina (PI) a contratar empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 18,4 milhões, cujos recursos, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), serão

destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele município.

Na mesma reunião, os senadores deverão apreciar projeto de lei que institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais para cidadãos maiores de 60 anos. A proposta, que tramita em caráter terminativo, é de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), e tem como relator o senador José Saad (PMDB-GO).

Projeto que cria o Programa Nacional de Apoio à Infância, originário da Câmara dos Deputados, também deverá ser discutido pelos membros da CAE na reunião de amanhã. A matéria tem como relator o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), cujo parecer é favorável à aprovação da proposta.

## Senadores discutem monitoramento das TVs

Requerimento de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) propondo a criação de uma subcomissão permanente com a finalidade de elaborar estudos e monitorar a programação televisiva será apreciado pela Comissão de Educação, que se reúne amanhã a partir das 10h30.

O senador propõe que a subcomissão trabalhe no sentido de fiscalizar o cumprimento do artigo 221 da Constituição, que determina, entre outros princípios, que as televisões devem produzir uma programação que respeite os valores éticos e sociais da pessoa e da família, além de dar preferência a programas educativos, culturais, artísticos e informativos.

A comissão, que é presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), aprecia também projeto de lei elaborado pelo senador Odacir Soares (PTB-RO) dispendo sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes.

Odacir propõe a instituição de

uma taxa de 10% sobre a venda de todos os produtos contendo nicotina. A arrecadação seria utilizada para incentivar o esporte amador. A matéria obteve parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Na pauta da CE constam, também, vários projetos de decreto legislativo renovando concessões e permissões de funcionamento para as seguintes empresas de comunicação: Rádio Barriga Verde Ltda. (Florianópolis-SC), com parecer favorável do senador Esperidião Amin (PPB-SC); Rádio e Televisão Colúmbia Ltda. (Lorena-SP), Rádio Difusora Guararapes Ltda. (Guararapes-SP) e Rádio Cultura de Taubaté (Taubaté-SP), com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP); Rádio Gaúcha S.A. (Porto Alegre-RS) e Rádio FM Pampa Bajé Ltda. (Bajé-RS), com parecer favorável elaborado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

# Governos já podem cobrar contribuição de aposentados

Nova lei proíbe União, estados e municípios de destinarem aos fundos de previdência mais do que 2 reais para cada real pago pelo servidor

O presidente da República sancionou sexta-feira a lei resultante do projeto de conversão votado pelo Congresso Nacional, no último dia 18, que abre caminho para a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados do serviço público, "em alíquotas não superiores às dos servidores da ativa".

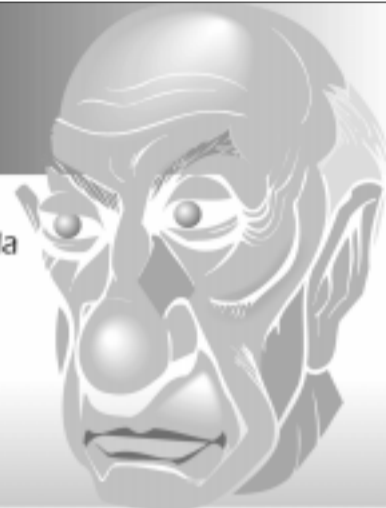
A matéria tem origem na Medida Provisória nº 1.723, integrante do plano de ajuste fiscal. Com a nova lei, os 1.388 sistemas de previdência social dos estados e dos municípios que bancam as aposentadorias de seus servidores terão de se adaptar a novas e rígidas normas de funcionamento, com a finalidade expressa de evitar "rombos" no sistema.

O relator do projeto, deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), manteve a medida provisória praticamente na íntegra da proposta do governo, com alterações mínimas, basicamente de redação.

O texto sancionado determina

## INATIVO CONTRIBUI

A MP 1.723, agora transformada em lei, prevê que o servidor aposentado poderá contribuir para a Previdência em alíquotas não superiores às dos trabalhadores da ativa.



que nenhum governo estadual ou municipal, e nem a União, podem destinar à previdência de seus servidores mais que 2 reais para cada real cobrado do empregado. Além disso, toda vez que a contribuição estatal aos fundos de pensão dos servidores ultrapassar 12% das receitas líquidas terá de haver uma revisão das contribuições dos servidores. Se isso não for suficiente, os sistemas previdenciários terão de cortar o valor das aposentadorias e pensões.

A lei autoriza a União, os estados e os municípios a criarem fun-

dos financeiros destinados a bancar as aposentadorias dos servidores. Nunca poderá ser criado um sistema de previdência, com o respectivo fundo, sem que existam, no mínimo, 5 mil filiados. E mais: a prefeitura cuja arrecadação própria for inferior às transferências constitucionais não poderá criar sistema de previdência.

A nova lei prevê que cada servidor que se filiar a um fundo previdenciário terá uma conta individual, com extratos emitidos periodicamente, a exemplo do que ocorre hoje com o FGTS.

## Presidente da República sanciona lei que eleva a alíquota da Cofins

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou sexta-feira a lei que o Congresso aprovou na semana passada, mediante projeto de conversão, elevando a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Fruto da Medida Provisória nº 1.724, o projeto foi relatado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que mudou o texto original para contornar o que os parlamentares consideravam ser o ponto mais polêmico da MP – a perda de recursos que governos estaduais e prefeituras poderiam ter nos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPEM).

De acordo com o texto original da MP, a elevação de 2% para 3% da alíquota da Cofins

seria deduzida no Imposto de Renda das empresas, que é a principal fonte de recursos do FPEM. Mas, conforme acordo entre os líderes partidários, o governo, os governadores e o relator, a dedução passará a ser feita na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

### DEDUÇÃO

Com isso, os fundos de participação, que recebem 45% da arrecadação do Imposto de Renda, não serão atingidos pela dedução concedida. Além disso, a contribuição será paga por qualquer empresa, inclusive instituições do sistema financeiro, até então isentas. A lei aprovada determina também que a incidência da Cofins não se limitará mais às vendas de bens e serviços, mas recairá sobre qualquer ou-

tra receita auferida por uma empresa.

O aumento da contribuição é considerado pela equipe econômica um dos pontos mais importantes do programa de ajuste fiscal anunciado pelo presidente da República no dia 28 de outubro.

Além de aumentar a alíquota da Cofins, a nova lei estabelece penalidade para as empresas que deixarem de apresentar, ou apresentarem fora do prazo, informações solicitadas pela Receita Federal.

A penalidade será idêntica àquela aplicada a quem deixa de entregar declaração de renda, ou seja, multa de 1% ao mês incidente sobre o Imposto de Renda devido, mesmo que a empresa já tenha pago o IR.

## Teotônio faz balanço eleitoral dos tucanos

O senador Teotônio Vilela Filho (AL), presidente nacional do PSDB, manifestou-se recompensado e orgulhoso com o "notável crescimento", nas últimas eleições, tanto das bancadas do seu partido no Congresso e nas assembléias legislativas quanto do número de governadores.

– Especial regozijo eu manifesto pela reeleição, em primeiro turno, do presidente tucano Fernando Henrique Cardoso, comprovando que se pode ganhar uma eleição com dignidade, sem enganar ninguém, com propostas sérias, objetivas e realistas – disse Teotônio, acrescentando que a expressiva votação do PSDB é a reafirmação de que o partido tem o voto de confiança dos brasileiros para corrigir as grandes injustiças e desigualdades que marcam o Brasil de hoje.

Ao analisar o crescimento do PSDB no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e nas assembléias legislativas, Teotônio destacou que os candidatos tucanos foram às urnas com o discurso da necessidade de as reformas serem aprovadas pelo Congresso Nacional para continuidade da estabilização econômica alcançada com o Plano Real.

– O PSDB mostrou que se pode fazer as reformas de que o país precisa, com os ajustes fiscais necessários, apesar da antipatia dessas medidas. Provou-se que é possível consertar o país, sem, contudo, sacrificar demasiadamente os programas sociais mais caros ao nosso povo, que é possível tocar obras sem abrir mão nem da ética política, nem da austeridade administrativa.

Teotônio solicitou à Mesa a transcrição, nos Anais da Casa, de artigo de sua autoria ("O PSDB e os sinais das urnas") publicado n' *O Tucano*, órgão informativo do PSDB, no *Correio Braziliense* e no *Jornal do Commercio*.



Teotônio disse que os candidatos do PSDB não fizeram promessas vazias

## João Rocha diz que educação melhorou na gestão de FHC

Senador cita exemplo dos livros didáticos e da merenda escolar como casos de sucesso da política educacional do governo federal

O senador João Rocha (PFL-TO) disse que, entre as áreas sociais, o setor de educação foi o que mais consolidou avanços no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele observou que o Programa Nacional do Livro Didático, que há muitos anos apresentava deficiências injustificáveis, passou a contar com um gerenciamento eficaz. "A administração do ministro Paulo Renato Souza conseguiu superar o histórico problema do atraso na entrega do livro didático. Desde 1996 – e pela primeira vez – os estudantes passaram a receber os livros antes do início do ano letivo", afirmou.

João Rocha explicou que o Ministério da Educação promoveu uma ampla revisão no conteúdo dos livros usados em sala de aula, eliminando os que continham elementos discriminatórios e erros e os que foram considerados inade-



João Rocha: "Foi superado o histórico problema do atraso na entrega dos livros didáticos"

quados ao currículo. Além disso, prosseguiu o senador, o ministério distribuiu às escolas públicas de ensino fundamental, em maio do ano passado, o Guia de Livros Didáticos, com 454 obras para estudantes de 1ª a 4ª séries, para auxiliar a escolha dos professores.

– Os quase 111 milhões de livros distribuídos em 1995, primeiro ano

do atual governo, representaram um aumento de 83% em relação ao ano anterior. No ano passado, os R\$ 206 milhões investidos no programa beneficiaram nada menos que 33 milhões de alunos – explicou João Rocha.

Outros projetos também foram elogiados pelo senador, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, por terem adotado políticas descentralizadoras que resultaram em racionalização e economia dos recursos públicos investidos.

Os recursos do PNAE aumentaram em 50%, permitindo duplicar o valor nutricional da alimentação distribuída nas escolas dos municípios listados pelo programa Comunidade Solidária, onde os alunos recebem um lanche antes do início das aulas.

## Amorim quer aliviar carga tributária da exportação

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) conclamou os parlamentares a eliminar diferenças para cumprir a tarefa, delegada pela sociedade, de tratar da reforma tributária, "assunto que trará mudanças significativas para os brasileiros".

Amorim entende que não há razão para que os exportadores, que geram empregos para brasileiros aqui e no exterior, que geram divisas e lidam com o capital resultante do trabalho, não se beneficiem com uma redução dos impostos incidentes sobre as exportações, o que traria mais receita para o país e a entrada de mais divisas.

O senador afirmou que os produtos brasileiros têm sido taxados no exterior e que a competitividade só interessa aos países desenvolvidos "quando se trata de produtos deles".

Amorim citou, por exemplo, o fato de o Brasil estar sendo acusado de colocar o aço exportado com preço inferior ao cotado no mercado internacional.



Ernandes Amorim

## Alcântara registra 50 anos da Declaração da ONU

Os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos foram lembrados pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para ele, esse "extraordinário" documento nivela todas as pessoas de todas as nações, por mais que se diferenciem pela cor, sexo, idade, crença, costumes, tornando-as igualmente beneficiárias de direitos inerentes e inalienáveis.

Alcântara disse que a data deve propiciar momentos de reflexão sobre as realizações e as lições aprendidas nas últimas cinco décadas em relação aos direitos humanos. "Este aniversário pode constituir um tempo para as nações revigorarem seus compromissos para se assegurar a realização e a universalização dos direitos humanos para todos."

O senador observou que no dia 10 de dezembro terão transcorrido 50 anos do momento solene em que representantes de 65 países encontravam-se reunidos em Paris, sob os auspícios da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), para a proclamação de um documento de trinta artigos, "enfeixados num texto cur-



Alcântara classificou de "extraordinária" a Declaração Universal dos Direitos Humanos

to e conciso, porém denso e pleno de humanismo".

"Ainda estavam vivas na memória as imagens dos horrores e atrocidades de uma guerra que ceifara a vida de 50 milhões de pessoas", destacou, referindo-se à Segunda Guerra Mundial.

Alcântara disse ainda que o Brasil foi o primeiro país da América Latina, e o terceiro do mundo, a lançar seu Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

O objetivo do programa, instituído em maio de 1996, foi o de combater a violência e resgatar valores como a tolerância e o respeito à vida humana no Brasil.



Odacir leu o documento do Confea mas disse não partilhar da mesma preocupação

## Ministério da Produção preocupa engenheiros

A 55ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia (55ª SOEAA), realizada em Manaus, aprovou moção manifestando preocupação com a ameaça de extinção do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, informou o senador Odacir Soares (PTB-RO).

Segundo o parlamentar, o documento, que contou com 170 assinaturas dos profissionais da área presentes ao encontro, assinala o temor em relação às propostas de reformulações estruturais do governo com a criação do Ministério da Produção e o conseqüente esvaziamento do Ministério da Agricultura.

Apesar de prestar sua solidariedade à denúncia dos profissionais, Odacir acredita que a proposta do governo não prejudicará o ministério.

– As notícias que tenho aludem a um Ministério da Produção que encamparia a estrutura do atual Ministério da Indústria e do Comércio, e a ele ficariam vinculados todos os bancos federais (BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), assim como a Superintendência da Zona Franca de Manaus e a política de seguros e resseguros. Mas o Ministério da Produção não teria sob sua alçada o Banco do Brasil, como se imaginou originalmente – disse o senador.

Os signatários da moção, informa o senador, ressaltam que o Ministério da Agricultura não deve ficar "à mercê dos interesses políticos de um ministério que trataria de assuntos tão díspares como automóveis, minérios, soja e plásticos" e pedem o fortalecimento de ações positivas do ministério para a formulação de políticas agrícola, florestal, pesqueira e fundiária.

## Djalma Bessa aponta soluções para desemprego

Em entrevista à TV Senado, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) defendeu mais investimentos em áreas que requerem muita mão-de-obra, como a agricultura e a construção civil. Essa seria uma forma de conter o avanço do desemprego no país, afirmou o senador, que é relator da comissão especial destinada a estudar as causas do desemprego e do



Bessa: investimento na agricultura e na construção civil

subemprego no país. Segundo Djalma Bessa, o desemprego chegou a níveis alarmantes em todo o mundo e, para solucionar o problema, são necessárias medidas que promovam o crescimento e estimulem o setor produtivo.

A entrevista vai ao ar hoje, às 9h30, às 12h30 e às 20h30; e será reprisada no sábado, às 4h30, e no domingo, às 9h30.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tai-chi-chuan  
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varella entrevista Alfredo Salim Helito. Assunto: Crenças Populares - 1ª parte  
7h55 - *Senado em Pauta*  
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Squash  
8h30 - *Jornal do Senado*  
8h55 - *Senado em Pauta*  
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Paraná  
9h30 - *Entrevista* - O senador Djalma Bessa fala sobre desemprego  
9h55 - *Senado em Pauta*  
10h - *Especial* - Visões do Mundo Contemporâneo - 3ª parte  
12h - *Cores do Brasil* - O Amazonas  
12h30 - *Entrevista* - O senador Djalma Bessa fala sobre desemprego  
12h55 - *Senado em Pauta*  
13h - *Cores do Brasil* - A Reserva Biológica  
13h30 - *Cidadania* - O tema do programa é *Globalização e Política Externa*  
14h30 - *Sessão Plenária* (representação)  
18h30 - *Cores do Brasil* - O Cerrado

19h - *Palestra* - A vida emocional do bebê  
20h - *Cores do Brasil* - O Folclore Goiano  
20h30 - *Entrevista* - O senador Djalma Bessa fala sobre desemprego  
21h - *Jornal do Senado*  
21h15 - *Cidadania* - O tema do programa é *Globalização e Política Externa*  
21h55 - *Senado em Pauta*  
22h - *Sessão Plenária* (representação)  
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária do Senado  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida - Música e informação  
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)

## Nabor pede construção da rodovia Transoceânica

"O Brasil precisa acordar" para a necessidade de fazer a obra e assim contribuir para o desenvolvimento do noroeste do país, diz senador

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) lamentou que as autoridades brasileiras ainda não tenham dado resposta aos apelos pela construção da rodovia Transoceânica, ligando o Brasil ao Peru, com saída para o Pacífico. Em discurso na sessão plenária de sexta-feira, ele disse que as verbas orçamentárias destinadas à conclusão do trecho brasileiro, no estado do Acre, foram "sumariamente extirpadas pelos bisturis da equipe econômica", o que adia a implantação da rodovia.

Nabor leu trechos de carta que recebeu do embaixador do Brasil em Lima, José Viegas Filho, comentando a importância das relações Brasil/Peru e a conexão ro-



Nabor: estrada é parte dos entendimentos mantidos pelo Brasil com sete nações

doviária entre os dois países.

- Mostrando grande conhecimento do noroeste da América do Sul, o embaixador faz uma análise do pa-

pel nele reservado ao Acre, como caminho obrigatório das rotas para os Andes, costa do Pacífico, Ásia e Oceania, dentro de acordos e propostas já existentes no grupo que busca acertar as ações de oito países que compõem aquela parte do Novo Mundo - afirmou.

Ele disse que endossa "com entusiasmo" a manifestação de Viegas, para quem a construção da rodovia é vital para incrementar a economia dos dois países e criar um pólo de desenvolvimento no Acre.

- O Brasil precisa acordar para a realidade, e essa é uma luta que alimenta toda minha vida pública nas últimas quatro décadas - concluiu o senador.

## Tebet propõe pacto pela produção

O relator-geral da proposta orçamentária para o próximo ano, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), propôs sexta-feira um pacto nacional pela produção que inclua incentivos à agricultura e à reativação do parque industrial. Segundo o senador, pela análise da proposta orçamentária concluiu-se que não estão previstas saídas para a crise nacional baseadas no desenvolvimento. Ele criticou a adoção de medidas para incremento de receita com ênfase no aumento de impostos.

Tebet disse que o Orçamento de 99 será o mais magro dos últimos anos. "A peça orçamentária aponta para um ano de profunda recessão e para maior crise de desemprego, levando a um colapso social no país." O senador acredita, no entanto, que o país pode reagir se houver incentivos à atividade produtiva.

- Se apoiássemos a produção, não haveria necessidade de impor a con-

tribuição previdenciária aos inativos nem aumentar a dos servidores. A receita deve aumentar à base do crescimento do país - destacou.

O relator sugere mudanças no tratamento dos recursos dos fundos constitucionais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para ele, as verbas que deveriam privilegiar o desenvolvimento da produção estão sendo direcionadas para fins diferentes daqueles previstos na Constituição. "Esses recursos não são provenientes de empréstimos externos, mas de contribuições do povo. Por isso, as taxas de juros praticadas deveriam ser diferenciadas. O setor produtivo não tem tido acesso a esses créditos", afirmou.

Solidário com o pronunciamento de Tebet, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que, mesmo sendo aliado do governo, vê "erros primários nas políticas de incentivo à produção". Lobão instou o relator do



Ramez Tebet: "Orçamento de 99 será o mais magro dos últimos anos"

Orçamento a contemplar maiores recursos para o setor produtivo no texto final da lei orçamentária.

A senadora Marina Silva (PT-AC) concordou com Tebet, mas afirmou que é necessário apontar os responsáveis: "Os tecnocratas não fazem isso à revelia dos ministros ou do presidente da República. E a sociedade precisa saber disso".

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

## TV Senado debate globalização

Cristóvão Colombo foi o primeiro globalizador, ao descobrir a América e unificar circuitos comerciais. Foi o que afirmou o sociólogo, diplomata e professor da Universidade de Brasília Paulo Roberto de Almeida, durante debate sobre globalização promovido pela TV Senado.

Para Paulo Roberto, o mundo vive hoje a terceira fase da globalização e o Brasil está inserido nes-

te processo, colhendo seus bons efeitos, como o acesso a uma maior quantidade de bens, e suas consequências nefastas, como o desemprego.

Também participou do debate o professor Bautista Vidal, ex-secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, e um dos criadores do Programa Nacional do Alcool. Na sua opinião, a globalização convém

às grandes potências, mas não aos países em desenvolvimento. Segundo Bautista Vidal, o Brasil não está fazendo um ajuste fiscal, mas pagando a conta de uma política terrível que está levando os fracos a completa miséria.

O debate, dentro do programa *Cidadania*, foi mediado pelo repórter Beto Almeida e será transmitido nesta segunda-feira às 13h30 e às 21h15.



Carlos Bezerra denuncia prejuízos causados ao estado pela "máfia do combustível"

## Carlos Bezerra quer delegacia da ANP em Mato Grosso

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apelou ao diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, para que seja criada urgentemente uma delegacia em Mato Grosso, destinada a acompanhar e fiscalizar a distribuição de derivados de petróleo. Segundo o senador, firmas fantasmas formaram a "máfia do combustível", que transporta derivados, inclusive GLP (gás de cozinha), sem o recolhimento de impostos. "O estado de Mato Grosso, por sua extensão e localização estratégica, e devido à fiscalização desenvolvida pela Agência Nacional de Petróleo no eixo Rio-São Paulo, tornou-se a maior vítima dessa ação criminosa", denunciou.

Bezerra atentou também para os riscos do transporte desses produtos sem as medidas de segurança determinadas em lei, e disse que Mato Grosso já perdeu, nos últimos seis meses, cerca de R\$ 18 milhões em receitas ao deixar de arrecadar o ICMS. Acrescentou que a extinção das agências estaduais do Ministério de Minas e Energia contribuiu para o agravamento da situação.

Segundo o senador, o assunto é de amplo conhecimento da opinião pública, graças ao destaque que tem ocupado em toda a imprensa nacional.

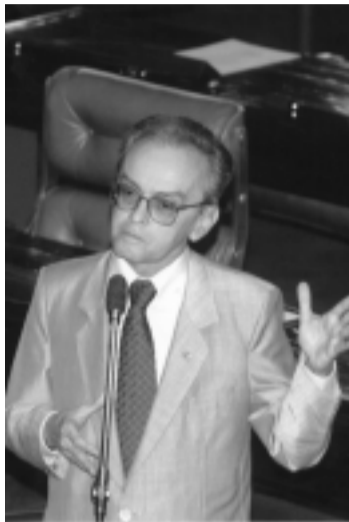
– De igual forma, essa grave questão é do pleno conhecimento do Judiciário e de todos os órgãos do Executivo relacionados com o problema. Cabe salientar que a Justiça Federal chegou a determinar a prisão preventiva do responsável pela Refinaria de Paulínia, Joaquim Pedro Melo e Silva, acusado de envolvimento em diversas falcatruas – lembrou Bezerra.

# Jefferson cobra regulamentação da edição de medidas provisórias

Senador aponta "abuso" e diz que o governo erra ao usar MPs para assuntos que deveriam ser resolvidos por meio de projetos de lei

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) defendeu, na sexta-feira, a regulamentação da edição das medidas provisórias. Ele fez um apelo ao líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), no sentido de que sensibilize o Executivo para que volte a tramitar um substitutivo sobre o assunto, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), já aprovado no Senado, que está paralisado na Câmara dos Deputados há alguns meses.

Na opinião de Jefferson Péres, apesar de não ser o ideal, o substitutivo de Fogaça é uma tentativa de disciplinar a edição de medidas provisórias. O senador pelo Amazonas baseou sua intervenção em plenário no fato de o presidente da República ter editado na última quinta-feira uma medida provisória que extingue a isenção fiscal de entidades filantrópicas e reeditado uma outra que introduz a cobrança de contribuição previdenciária para



Jefferson defende votação, pela Câmara, de proposta já aprovada no Senado

os pensionistas da União.

– Não estou neste momento analisando o mérito das decisões adotadas. Mas elas deveriam ter sido tomadas mediante projeto de lei. Por medida provisória, ao meu ver, erra e erra gravemente o Executivo ao fazê-lo, pois o meio uti-

lizado me parece inteiramente inadequado e até desrespeitoso ao Poder Legislativo – comentou.

Jefferson Péres afirmou que, apesar de ter participado formalmente de dezenas de comissões mistas constituídas para examinar medidas provisórias, nunca houve nenhuma reunião. Revelou que tais comissões são fictícias, não funcionam na prática, e que as medidas provisórias na verdade constituem-se em decretos baixados pelo Executivo e que entram imediatamente em vigor.

– A medida provisória deveria ser editada sempre baseada nos pressupostos de urgência e relevância, os quais nem sempre, ou quase nunca, são observados. A edição de medida provisória sem nenhuma regulamentação se constitui num abuso. Creio que seria de interesse do próprio presidente da República que esse instituto da Constituição fosse devidamente regulamentado – argumentou Jefferson Péres.

## Jucá pede que avaliação sobre ensino básico seja divulgada nos estados

Os resultados da avaliação feita pelo Ministério da Educação sobre o desempenho dos alunos no ensino básico devem ter divulgação dirigida para os estados, solicitou na sexta-feira o senador Romero Jucá (PFL-RR). Em muitos estados, como é o caso de Roraima, acrescentou, a propaganda oficial alardeia exatamente o contrário do que foi revelado pelo levantamento.

Jucá sugeriu que o ministério torne os resultados públicos através do programa *A Voz do Brasil*, por exemplo, a fim de que pais e professores tenham embasamento para reivindicar melhorias na formação docente e nas condições de ensino.

– Os dados nos colocam de cabelos em pé, pois em muitos estados a educação está piorando, ao invés de melhorar – salientou.

Os piores desempenhos foram registrados nos estados do Acre, Roraima, Maranhão e Alagoas, sendo que Roraima e Amapá es-

tão colocados entre os piores no ensino de Matemática e Biologia.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) concordou com Jucá em relação à necessidade de tornar os resultados públicos nos estados, principalmente naqueles em que o desempenho foi péssimo e os governos fazem "propaganda no mínimo enganosa". No Acre, disse, de 100 crianças que ingressam no primeiro ano do 1º grau, apenas uma conclui o 2º grau.

### PROTEÇÃO

Em outro registro, Jucá solicitou ao ministro da Justiça, Renan

Calheiros, proteção da Polícia Federal para Maria Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Boa Vista (RR), ameaçada de morte. O senador salientou que, na campanha eleitoral, Raimundo Gonçalves, candidato a deputado estadual, "foi assassinado em condições misteriosas" e que sua viúva, em depoimento à Polícia Federal, declarou que "ele se recusara a matar Teresa Jucá".

– A ameaça a Maria Alves, dizem, está sendo feita pelas mesmas pessoas que mataram Raimundo – afirmou.



Conforme Jucá, os dados mostram que, em muitos casos, a educação está piorando



Marina pretende "colocar na memória nacional a resistência dos povos da floresta"

## Marina propõe nome de Chico Mendes para aeroporto

Depois de propostas mudando os nomes dos aeroportos de Salvador e do Rio de Janeiro para homenagear o deputado Luís Eduardo Magalhães e o compositor Antonio Carlos Jobim, chegou a vez do aeroporto de Rio Branco (AC). A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou na sexta-feira projeto de lei propondo a alteração de sua denominação de Aeroporto Internacional Presidente Médici para Aeroporto Internacional Chico Mendes. O projeto foi encaminhado à Comissão de Educação.

A senadora lembrou que o assassinato de Chico Mendes completa 10 anos no próximo dia 22. Afirmou que no exterior, principalmente na Europa, vários logradouros públicos foram criados em memória do seringueiro e líder sindical, ganhador do prêmio *Global 500* (da Sociedade para um Mundo Melhor, dos Estados Unidos da América) em 1987.

– No Brasil, cuja precária memória histórica precisa ser permanentemente realimentada, a lacuna é enorme. Temos o dever de colocar na memória nacional o trabalho e a resistência dos povos da floresta – afirmou.

Marina pediu aos colegas senadores que apoiem sua iniciativa, a exemplo do que foi feito na mudança dos aeroportos das capitais baiana e fluminense. A idéia contou com o apoio imediato do senador Romero Jucá (PFL-RR), que em discurso seguinte à senadora enalteceu a idéia. Para ele, a medida confere justiça "a uma pessoa que tem um histórico de luta".